



RELAÇÕES ENTRE MEIO AMBIENTE E ECONOMIA: FORÇAS E FRAQUEZAS

OLIVEIRA, Cassius Rocha de¹; FREITAS, Guilherme da Silva²

¹ Prof. Dr. do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande/FURG.

² Graduando do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande/FURG.
E-mail: guiga@riogrande-rs.com.br

INTRODUÇÃO

Desde meados do século XX, nossas principais conquistas, em relação ao bem-estar humano, resultaram sobretudo de termos aperfeiçoado maneiras de extrair da natureza tudo o que ela pode nos oferecer. Assim, devido ao crescente uso e conseqüente degradação do ambiente natural, busca-se hoje, uma consciência cada vez maior de que nossa dependência pelo meio ambiente poderia levar a novos esforços para reverter o declínio dos recursos naturais. Não obstante a isso, a economia – uma das áreas relacionadas ao meio ambiente – surge com a necessidade de dar a sua contribuição para a melhoria da qualidade do meio ambiente e, principalmente, com o objetivo de proporcionar ao homem condições físicas, biológicas, sociais e psicológicas para desenvolver-se neste frágil sistema que nos sustenta.

Portanto, o presente trabalho tem a finalidade de apresentar e discutir as três principais correntes-ideologias - a economia ambiental, a economia ecológica e a economia política marxista - existentes dentro da economia do meio ambiente bem como seus potenciais e limitações no que se refere ao tratamento de várias questões sócio-ambientais.

METODOLOGIA

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser classificada como investigação bibliográfica. Assim, para o desenvolvimento deste trabalho, que consiste em descrever as três principais correntes-ideologias e a relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, optou-se por utilizar um amplo e significativo material publicado em livros, artigos científicos e materiais disponibilizados pela internet.

DISCUSSÃO

Até o último quarto de século XX, o *mainstream* neoclássico não considerava os recursos naturais, por isso, em longo prazo não representavam limites à expansão e desenvolvimento da economia. “A economia funcionava sem os recursos naturais” (ROMEIRO, 2003, p. 7). Para este autor, “(...) o sistema

econômico era visto como suficientemente grande para que a disponibilidade de recursos naturais se tornasse uma restrição à sua expansão, (...)."

Diante disso, a relação da economia ambiental com os recursos naturais parte do princípio da escassez, que classifica como um bem econômico aquele recurso que estiver em falta e, desconsidera os que se encontram em abundância. Outro pilar que sustenta este princípio é o de "internalização das externalidades"¹, ou seja, estabelecer preços nos bens públicos de acordo com a lógica do mercado – "mão invisível" – com a possibilidade objetiva de protegê-los. Entretanto, na formulação de Foladori (2001, p. 198), "(...) fijar cuotas de contaminación, por ejemplo, es una forma de privatizar un cierto grado de contaminación".

Desenvolvida nos EUA e em certos centros de pesquisa europeus, a economia ambiental apresenta um grande potencial pela utilização de técnicas ligadas às economias da poluição ou dos recursos naturais. Neste sentido, uma das formas de avaliar a utilização dos recursos de interesse a essa corrente-ideologia está na denominada eficiência de Pareto². No entanto, é bem provável que este autor não tenha pensado nos desgastes ambientais quando propôs esta teoria, mas outros dois pensadores, Pigou e Coase, mais tarde, conseguiriam através da teoria neoclássica o resgate que privilegia a análise do mercado na eficiência do processo produtivo. A saber, a economia ambiental prioriza, de fato, não as necessidades sócio-ambientais, mas o lucro. Nesse caso, o mercado é considerado como o principal mecanismo alocador, ou seja, aquele que irá propor a melhor opção de preservar e/ou conservar o meio ambiente diante do grau de escassez dos recursos naturais.

Contudo, para a teoria neoclássica, não há contradições entre desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Apesar de perceberem a mudança que houve em relação aos recursos, antes abundantes e, hoje, escassos, os economistas neoclássicos admitem que isso ocorreu pela falta de regras para se aplicar a natureza que, por consequência, fez gerar desperdícios na má utilização daqueles. Outra limitação está ao criar um mercado de consumo de "bens ambientais", o qual se abre possibilidades para novas formas de privatização da economia.

Se a economia ambiental constrói seus argumentos a partir de leis do mercado, a economia ecológica recorre à natureza para dar suporte a sua teoria das realidades sócio-econômica e ambiental. Esta corrente sugere que a economia seja explicada não em si mesmo, e sim em um sistema mais amplo, o planeta Terra. Para eles, leis físicas - como a lei da Termodinâmica e os princípios da entropia – explicam os limites dos efeitos perversos do sistema produtivo capitalista, ou seja, os limites físicos do planeta. No entanto, apesar de toda sua opulência no que diz respeito a sua interdisciplinaridade, essa corrente encontra-se mais como uma proposta a ser viabilizada do que como uma realidade concreta passível de aplicação.

Já a abordagem econômica marxista parte do princípio de que a relação do homem-natureza é sempre mediada por relações sociais. Esta afirmação vai de

¹ É quando a produção ou o consumo de um bem acarreta em efeitos colaterais negativos ou positivos em outros indivíduos que não aqueles que produziram ou consumiram, e estes efeitos não são compensados economicamente por meio do sistema de preços.

² Vilfredo Pareto economista, sociólogo e engenheiro italiano desenvolveu, entre o final do século XIX e início do século XX, o conceito de equilíbrio geral, tentando indicar que um estado de economia é eficiente quando não há nenhuma possibilidade de melhorar a posição de pelo menos um agente dessa economia sem que com isso a posição de um outro agente não seja piorada.

encontro à própria política de Marx, pois a torna incompatível com o mercado bem como um obstáculo já que não prioriza o lucro, mas sim as necessidades sociais como objetivos principais. Isso significa que, enquanto os recursos naturais forem propriedades de poucos, as causas da degradação generalizada que se vê hoje não terão sido enfrentadas de forma crítica. Neste sentido, essa corrente-ideologia, apreende toda essa crise como reflexo das classes ligadas ao sistema produtivo capitalista vigente.

RESULTADOS

Como podemos observar, existem várias questões nas quais ainda não se tem clareza de qual seja a melhor política para gerenciar os recursos naturais. No entanto, deve-se ressaltar a importância na utilização da teoria econômica nos requerimentos necessários para poder dar alguns lineamentos sobre métodos de preservar/conservar o meio ambiente. As limitações existentes em cada corrente-ideologia, não representam barreiras, mas sim um sinal de qual deve ser o caminho adequado a ser seguido. Portanto, neste trabalho não se propôs extenuar as discussões sobre o tema nem mesmo realizar uma análise aprofundada, pois há, atualmente, inúmeras obras abordando sobre esta questão. O que se pretendeu aqui, foi ressaltar, no âmbito da ciência econômica, a discussão sobre a questão ambiental bem como aos desafios que tal crise admite colocar diante dos fundamentos da racionalidade econômica no processo rumo ao desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1995.

FOLADORI, G. **La economía ecológica**. In: PERRY, N e FOLADORI, G.? **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre El desarrollo sustentable**. Uruguai: Trabajo y Capital, 2001, p. 189-196.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Trad. Maria C. F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 2003.

GUIMARÃES, R. P. O novo padrão de desenvolvimento para o Brasil: inter-relação do desenvolvimento industrial e agrícola com o meio ambiente. In: VELOSO, J. R. dos R. (Org.) **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1992, 184 p., 19-52.

MANKIWI, G. **Introdução à Economia – Princípios de Micro e Macroeconomia**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ROMEIRO, A. R. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V (Orgs.) **Economia e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003, p. 1 – 32.